



Luciana Coutinho Pagliarini de Souza (Uniso)
Maria Ogécia Drigo (Uniso)

Sobre a semiótica peirceana



RESUMO

O propósito deste artigo é explicitar o lugar da semiótica ou lógica de Charles Sanders Peirce na classificação das ciências empreendida por ele e enfatizar que a gramática especulativa, um dos três ramos da semiótica, trata de conceitos gerais que possibilitam, por exemplo, a análise de peças publicitárias.

Palavras-chave: semiótica peirceana; significação; mensagem.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to explicit the space of the Charles Sanders Peirce's semiotic or logic in the science's classification undertaken by him and to reinforce that the speculative grammar, one of the tree semiotic's branch, bords general concepts which make possible the analysis, for example, of publicity's products.

Keywords: *peircean semiotics; signification; message.*

Introdução

Não são poucas as leituras simplistas da obra de Charles Sanders Peirce (1834-1916). O que se vê, com freqüência, é uma análise redutora de sua arquitetura filosófica. A semiótica ou lógica, como exemplo, não se reduz à classificação do modo como o signo representa o objeto em ícone, índice e símbolo.

A semiótica [...] é a doutrina de todos os tipos possíveis de signos sobre o qual se funda a teoria dos métodos de investigação utilizados por uma inteligência científica. Dela decorre o pragmatismo, ou método para se determinar o significado dos conceitos intelectuais, e sobre ela está alicerçada a metafísica ou teoria da realidade, que não pode se expressar a não ser através da mediação dos signos. (Santaella, 1998, p. 34).

Cientes da dimensão da obra peirceana, bem como da sua complexidade, seríamos ingênuas se, neste artigo, nos propuséssemos a dar conta dela. Faremos algumas considerações sobre as categorias fenomenológicas, a classificação das ciências empreendida por Peirce e, em seguida, adentraremos as divisões da filosofia até chegar à gramática especulativa, um dos três ramos da semiótica ou lógica. Ao concluir, sugerimos como analisar peças publicitárias fundamentando-se na gramática especulativa.

As categorias fenomenológicas

Charles Sanders Peirce (1839-1914), fundador da semiótica e do pragmatismo filosófico, também desenvolveu estudos em astronomia, geodesia, matemática, lógica, filosofia e teoria e história da ciência.

A fenomenologia é o alicerce do sistema peirceano e o fundamento primeiro para o entendimento da semiótica ou lógica. Vamos explicitar como as categorias elegidas por Peirce permeiam tal ciência, a ciência das leis gerais dos signos.

A lógica ou semiótica emergiu como uma consequência natural das descobertas que Peirce empreendeu em lógica. Ele começou a estudar lógica desde muito jovem e, ao completar 28 anos, em 1867, publicou alguns trabalhos importantes. Mas o que norteou toda a sua obra foi o artigo intitulado: Sobre uma nova lista de categorias.

Admitindo-se que as relações que as coisas do mundo estabelecem entre si classificam-se em monádicas, diádicas e triádicas e que as mônadas estão livres de díades e tríades; díades estão livres de tríades, mas envolvem necessariamente mônadas, e tríades envolvem o que é próprio das mônadas e das díades, Peirce reduziu a variedade de fenômenos a apenas três elementos.

Em 1885, publicou um estudo denominado: Um, dois, três: categorias fundamentais do pensamento e da natureza. Nesse artigo, as categorias retornam ampliadas à natureza, isso porque suas investigações empíricas se prolongaram por muitos anos, e ele constatou a presença delas em diversas áreas do conhecimento como, por exemplo, a lógica, a psicologia, a metafísica, a fisiologia, a física.

As categorias foram elaboradas, portanto, após um estudo minucioso de como os fenômenos se apresentam à experiência, sendo que, para Peirce, fenômeno é o total coletivo de tudo aquilo que está de qualquer modo presente na mente, sem qualquer consideração sobre se isso corresponde a qualquer coisa real ou não (CP 1.284).

O fenômeno ocorre, então, na interface entre o real e o sujeito, sendo que o mundo real é o mundo das coisas que persistem independentes das interpretações ou das representações que a mente humana desvela.

Peirce nos diz que um completo estudo da lógica dos relativos [...] mostra que termos lógicos são mônadas, díades, ou políadas, e que esta última não introduz qualquer elemento diferente daqueles encontrados nas tríades. Assim, divide todos os objetos em mônadas, díades e tríades (CP 1.293).

A idéia pura de uma mônada é a de que ela não é um objeto. Deve ser alguma determinação ou talidade. Deve ser uma talidade especial com algum grau de determinação, não, entretanto, pensamento como mais ou menos (CP 1.303). Uma vaga, não objetivada e ainda menos, não subjetivada, sensação de vermelhidão, ou do gosto do sal, ou de uma dor, ou de tristeza ou alegria, ou de uma prolongada nota musical, são exemplos de mônadas, segundo Peirce (CP 1.303). O ser de uma qualidade monádica é uma mera potencialidade, sem existência (CP 1.328). Sobre a díade, Peirce diz que ela:

consiste de dois objetos trazidos para a unidade. Estes objetos têm seus próprios modos de ser, e eles também têm seus modos de ser, como primeiro e segundo, etc., em conexão um com outro. Eles são dois, senão realmente, pelo menos no

aspecto. Há também um tipo de união deles. A díade não é o objeto, ela tem os objetos como um elemento dela. Ela tem, além disso, uma talidade característica monádica; e tem talidade, ou talidade peculiar dela como uma díade. A díade traz os objetos juntos e fazendo assim conceder uma característica para cada uma delas (CP 1.326).

As relações triádicas não podem ser construídas de relações diádicas ou monádicas, de acordo com Peirce (CP 1.346-347). Para tornar clara esta idéia, ele se vale dos gráficos existenciais. Observar os gráficos (figura 1) para mônada, com uma cauda; díade, com duas caudas e tríade, com três caudas, respectivamente.



Figura 1

Unindo as extremidades das caudas em uma díade, a relação ainda é diádica. Um gráfico de três caudas não pode ser feito a partir de gráficos de uma ou duas caudas, e qualquer gráfico com mais de três caudas pode ser construído com combinações de gráficos de três caudas. Desta idéia ele concebeu as categorias fenomenológicas.

Há três modos pelos quais se constitui a nossa experiência, a saber: por meio da qualidade (relação monádica), da alteridade (relação diádica) e da mediação (relação triádica) e tais modos de aparecer constituem, para Peirce, as categorias denominadas: primeiridade, segundidade e terceiridade, respectivamente. (CP 1.346-347)

Como primeiridade, tem-se um modo primeiro do aparecer... dado pelas qualidades do fenômeno. É algo do fenômeno que não reage, que se apresenta como um objeto que não resiste. As qualidades da cor, do som, do odor, do prazer estão presentes em fenômenos completos em si mesmos e que se constituem em livres possibilidades de experiência.

A qualidade de sentimento é monádica, ela não depende de outra coisa do mundo, em nenhum aspecto. A vermelhidão, por exemplo, existe independente de alguém imaginá-la ou percebê-la em uma realização, ou seja,

ela existe independente de um confronto ou de uma realização na mente humana. Assim, ela é livre, tem frescor. É pura possibilidade. Quando se é tomado por uma qualidade de sentimento, não há confronto e não há tempo. Não há cognição. A qualidade de sentimento aparece como diversidade, na realidade.

Outro modo de o fenômeno aparecer é o da alteridade, o lado da contrariedade, da resistência. É algo que se opõe à vontade, à expectativa.

Estamos continuamente colidindo com o fato duro. Esperávamos uma coisa ou passivamente tomávamo-la por admissível e tínhamos sua imagem em nossas mentes, mas a experiência força esta idéia ao chão e nos compele a pensar muito diferentemente (CP 1.324). É ação mútua entre duas coisas sem considerar qualquer tipo de terceiro ou meio e, em particular, sem considerar qualquer lei de ação (CP 1.322).

Este modo de aparecer objetual é característica da segundidade. Por outro lado, a terceiridade não se reduz às qualidades ou aos embates da segundidade. É a idéia daquilo que é tal qual é por ser um Terceiro ou Meio entre um Segundo e seu Primeiro (CP 5.66). Terceiridade é, portanto, sinônimo de mediação. Logo, ela pode ser entendida pela relação triádica signo/objeto/interpretante se estabelecendo.

Segundo Peirce (1977, p. 63):

Um signo, ou *representâmen*, é um Primeiro que se coloca numa relação triádica genuína tal como um Segundo, denominado seu objeto, que é capaz de determinar um Terceiro, denominado Interpretante, que assume a mesma relação triádica com seu objeto na qual ele próprio está em relação com o mesmo objeto.

Assim, se o signo é um primeiro que põe um segundo, seu objeto, numa relação com um terceiro, seu interpretante, então, signo é mediação, ou seja, ele corresponde à terceira categoria fenomenológica. Para Santaella (1996, p. 60), “um signo só é signo porque esse corpo material que o constitui está para alguma coisa que não é ele mesmo”, assim ele só se faz signo porque representa, ou seja, está no lugar de alguma coisa que não é ele mesmo.

Por ser o signo sempre parcial, ou seja, por representar o objeto, ele tenta resgatar esta dívida produzindo interpretantes. O interpretante seria uma outra representação relativa ao mesmo objeto, ou melhor, o interpretante de um signo é outro signo. Mas, por sua vez, esse signo/interpretante

gera como interpretante um outro signo/interpretante e assim sucessivamente... e infinitamente.

São signos, por exemplo, a palavra “árvore”, uma pintura (de uma árvore), uma fotografia (de uma árvore), quando, de algum modo, afetam a mente. Nesse caso, esses signos denotam um objeto perceptível ou imaginável. Assim, dizer que o signo representa um objeto implica que este afeta uma mente.

Mas o objeto não pode ser confundido com uma coisa. Pode ser algo que o *representâmen* denota, como uma vivência, uma idéia abstrata, um sentimento. A palavra *árvore*, por exemplo, é de natureza geral, representa uma classe de objetos. O objeto é algo diferente do seu signo/*representâmen*. Sobre o objeto, Peirce (1977, p. 47) diz que o signo pode representar o objeto ou referir-se a ele. Não pode proporcionar familiaridade ou conhecimento desse objeto. Isso não quer dizer, no entanto, que, independente da nossa experiência colateral, ou seja, devido as nossas experiências, a palavra *árvore* não traga em si, em potencial, a capacidade de gerar interpretantes.

No caso da mente humana, um signo gera um interpretante, que é um signo; esse signo gera outro interpretante e assim sucessivamente. Infinitos signos/interpretantes podem estar se realizando. Mas todos esses signos/interpretantes se reportam a um objeto, que se transformou no processo, uma vez que um signo está no lugar do objeto, ou seja, ele não é o próprio objeto. Assim, não se tem acesso direto ao real, uma vez que o fenômeno é uma idéia, é algo que está presente na mente humana. Por exemplo, um campo magnético aparece. O real é apreendido mediatamente. No entanto, se constata o seu efeito quando o ponteiro de uma bússola se desvia na presença de tal campo. Assim, para se conhecer e compreender algo, signos se interpõem entre os seres humanos e o real. Para Santaella (1996, p. 65):

Quando pensamos estar nas coisas, estamos no signo. O signo representa alguma coisa, que não é ele mesmo, para alguém. Isto é, produz nesse alguém um efeito de pensamento ou quase pensamento. Este efeito já é outro signo. Respondemos ao signo com outro signo. Somos presa dessa cadeia infinita da qual não podemos escapar. [...] Estamos no mundo como qualquer outro animal, corpos físicos e sensíveis que respondem e reagem. Contudo, nossas respostas, mesmo quando parecem diretas e imediatas, são mediadas pelo pensamento que é signo.

A definição de signo pode ser explicitada diagramaticamente pela figura 2.

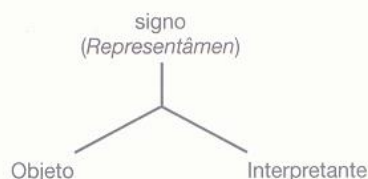


Figura 2

Observando a figura 2, pode-se enfatizar que ele exhibe a relação triádica signo/objeto/interpretante, ou seja, o signo representa, em parte, um objeto que é a causa fundante do signo e, por outro lado, se ele representa seu objeto isso implica que ele afeta uma mente, gerando um outro signo, o interpretante.

Faz-se necessário atentar para o fato de que o interpretante não pode ser confundido com intérprete ou interpretação. De acordo com Santaella (1995, p. 85):

o termo interpretante tem uma função técnica que visa à precisão e ao rigor. Ao dizer que o signo determina um efeito sobre uma pessoa (ou intérprete), Peirce está querendo afirmar, genericamente, que o signo não é resultado de uma atividade subjetiva. O signo não depende de uma atividade individual que venha a introjetar no signo aquilo que lhe falta, isto é, o interpretante. O signo é capaz de determinar o interpretante porque dispõe de poder de gerá-lo, ou seja, o interpretante é uma propriedade objetiva que o signo possui em si mesmo, haja um ato interpretativo particular que o atualize ou não. O poder interpretativo, o “devir” é um efeito que o signo, como tal provoca e que depende exclusivamente do ser do signo e não de um ato subjetivo de interpretação.

A significação do signo, de acordo com Peirce, é o interpretante. Segundo Nöth (1995, p. 74), essa é uma definição pragmática da significação, pois o interpretante foi definido como o próprio resultado significante, ou seja, o efeito do signo.

Peirce levou a noção de signo tão longe ao ponto do seu interpretante, quer dizer o efeito que o signo produz, não ter de ser necessariamente uma palavra, uma frase ou um pensamento, mas poder ser uma ação, reação, um mero gesto, um olhar, um calafrio de regozijo percorrendo o corpo, um desfalecimento, devaneios incertos e vagos, uma esperança, estado de desespero, enfim, qualquer reação que seja, ou até mesmo um estado de indefinição do sentimento que sequer possa receber o nome de reação. (Santaella, 1994, p. 158)

O interpretante faz emergir a semiose. Assim, o primeiro é o signo; o segundo, o objeto, e o produto da síntese intelectual é o interpretante (terceiro). A ação do signo só se efetiva quando ele gera um outro signo, ou seja, o interpretante não permanece como potencialidade. Ao tecer esta teia semiótica de signos/interpretantes em signos/interpretantes, se constata a incompletude do signo e a resistência do objeto na ação do signo ou semiose. Devido a esse movimento, no sentido de que potencialmente são infinitos os signos/interpretantes, pode-se concluir que se caminha assintoticamente para a verdade e que jamais se apreende o real inteiramente.

Assim, o real e a verdade são inatingíveis, mas podem ser aproximados, aproximados até por desvios infinitesimais, pela mediação do signo. A representação é, portanto, uma das facetas da mediação e está vinculada ao potencial do signo de gerar interpretantes.

A teoria geral de todos os tipos de signos possíveis, o estudo do movimento signo/objeto/interpretante ou dos modos de significação, de denotação e de interpretação, constitui a gramática especulativa, a primeira das divisões da semiótica ou lógica. Vamos, em seguida, localizar a semiótica no diagrama das ciências proposto por Peirce.

Classificação das ciências

A classificação das ciências empreendida por Peirce (CP 1.180 – 181) se assentava nas principais afinidades dos objetos de estudo dessas ciências. Tal classificação não tomava todas as ciências possíveis, nem os muitos ramos do conhecimento, mas considerava as ciências nas suas condições atuais. As categorias fenomenológicas: primeiridade, segundidade e terceiridade desempenham o papel de guia na classificação e de todas as ramificações dessas que, quando existem, são três. Pode-se observar o movimento das categorias no diagrama (figura 3) elaborado a partir das classificações mencionadas por Peirce. O diagrama exhibe as subdivisões da Filosofia, uma vez que uma delas trata das ciências normativas, em que a semiótica ou lógica se insere.

Toda ciência pode ser classificada, inicialmente, como Ciência da Descoberta ou Ciência da Revisão ou Ciência Prática. A Ciência da Revisão se ocupa de pôr em ordem os resultados das descobertas, começando com a sistematização e passando pelo esforço de construir uma filosofia da ciência (CP 1.183).

A Ciência da Descoberta se subdivide em: I. Matemática, II. Filosofia ou III. Ideoscopia (CP 1.183). A Matemática é a única ciência que não depende de nenhuma outra e

estuda o que é e o que não é logicamente possível, sem se fazer responsável por sua existência real (CP 1.184). A Filosofia lida com verdades positivas, pois, de fato, satisfaz-se com observações tais que são pertinentes às experiências normal e diária de todo homem, e nas mais das vezes, em toda hora consciente de sua vida (CP 1.242). A Ideoscopia abraça todas as ciências especiais, que são as ocupadas principalmente com a apreensão de fatos novos (CP 1.184).

A filosofia se divide em três ramos — observar o diagrama (figura 3): fenomenologia, ciência normativa e metafísica, sendo que:

A Fenomenologia apura e estuda os tipos de elementos presentes no fenômeno [...]. A Ciência Normativa distingue o que deveria ser daquilo que deveria não ser, e faz outras divisões e arranjos subservientes para sua distinção dualista original. A metafísica parece dar conta do universo da mente e matéria (CP 1.186) e consiste nos resultados da aceitação absoluta dos princípios lógicos não meramente como regularidades válidas, mas como verdades de ser (CP 1.487).

Para a ciência normativa, os ramos são: estética, ética e semiótica ou lógica, sendo que:

A estética é a ciência dos ideais, ou daquilo que é objetivamente admirável sem qualquer razão ulterior. [...] Ética, ou ciência do certo e errado, a Estética está em seu auxílio na determinação do *summum bonum*. É a teoria da conduta autocontrolada ou deliberada. A Lógica é a teoria do pensamento autocontrolado e deliberado; e como tal, deve buscar na ética seus princípios. Ela depende da fenomenologia e da matemática. Embora todo pensamento se constitua pelos significados dos signos, a lógica deve ser considerada como a ciência das leis gerais dos signos (CP 1.191).

Há uma relação especial, então, entre estética, ética e lógica. A lógica está alicerçada na ética e esta, por sua vez, está alicerçada na estética. A ética envolve normas e ideais que guiam nossas ações; a lógica se ocupa do pensamento como atividade deliberada ou autocontrolada, tendo por objetivo discriminar formas corretas e incorretas de raciocínio, enquanto as metas que justificam as regras criadas são dadas pela ética. A lógica, por meio da ética, está vinculada à estética. Sendo a lógica a teoria do pensamento

autocontrolado, o viável seria perguntar como o pensamento pode ter autocontrole sem autocrítica e, por sua vez, como isso seria possível sem um ideal regulador? Sendo a estética a ciência dos ideais, então, a lógica precisa de ajuda da estética.

Para Santaella (1994, p.113),

as ciências normativas são assim denominadas porque estão voltadas para a compreensão dos fins, das normas e ideais que regem o sentimento, a conduta e o pensamento humanos. Elas não estudam os fenômenos tal como aparecem, quer dizer, na sua aparência, pois essa é a função da fenomenologia, mas os estudam na medida em que podemos agir sobre eles e eles sobre nós. Elas estão voltadas, assim, para o modo geral pelo qual o ser humano, se for agir deliberadamente e sob autocontrole, deve responder aos apelos da experiência.

Quanto ao termo lógica, convém esclarecer que Peirce o utiliza em dois sentidos, sendo que, no

[...] sentido mais estrito, é a ciência da condição necessária na obtenção da verdade. No sentido mais amplo, é a ciência das leis necessárias do pensamento ou, melhor ainda (pensamento sempre se dando pelos significados dos signos), é a semiótica geral, que trata não meramente da verdade, mas também das condições gerais de signos sendo signos, também das leis de evolução do pensamento, o que coincide com o estudo da transmissão de significado por signos de uma mente a outra, e de um estado da mente para outro (CP 3.444).



Figura 3
(diagrama elaborado de acordo com os CP já mencionados)

A semiótica geral ou lógica, como um dos ramos da ciência normativa, está sendo abordada como lógica no sentido amplo. São três os seus ramos e cada um deles depende dos que o precedem; o primeiro, a gramática especulativa, trata do estudo dos signos propriamente ditos e da classificação dos signos em ícones, índices e símbolos; também descreve e analisa esses tipos de signos; o segundo, a lógica crítica, ocupa-se dos tipos de raciocínio: abdução, dedução e indução, enquanto o terceiro, retórica especulativa, estuda os métodos que deveriam ser utilizados na investigação, na exposição e na aplicação da verdade (CP 1.444).

As categorias fenomenológicas operam na lógica interna do signo, logo, os três ramos da semiótica podem ser assim interpretados:

se o signo é algo que se refere a uma outra coisa diferente dele, seu objeto, determinando um efeito numa mente potencial ou real, seu interpretante, então, a primeira divisão ou gramática especulativa corresponde ao exame do signo em si mesmo, enquanto a segunda divisão ou lógica crítica corresponde ao estudo de tudo que é relativo à relação do signo com aquilo que ele representa ou substitui, seu objeto, e a terceira divisão corresponde ao estudo da relação do signo com todos os tipos de efeitos interpretativos por ele produzidos. (Santaella, 1994, p. 259-260).

A gramática especulativa nos fornece as definições e as classificações para análise de todos os tipos de linguagens. Tal ramo da semiótica, além de

nos fornecer definições rigorosas do signo e do modo como os signos agem, [...] contém um grande inventário de tipos de signos e misturas signicas, nas inumeráveis gradações entre o verbal e o não verbal até o limite do quase-signo. Desse manancial conceitual, podemos extrair estratégias metodológicas para a leitura e análise de processos empíricos de signos [...].(Santaella, 2002, p. XIV)

Vejamos como esta gramática se constitui.

A gramática especulativa e os sistemas concretos de signos

O crescente aumento dos meios de comunicação — jornal, fotografia, cinema, televisão, vídeo, imagens digitais — nos conduz a interagir com signos distintos dos verbais. A proliferação de signos é intensa. Para Santaella (2002, p. XIII), tal proliferação pode ser observada

desde o advento da fotografia, então do cinema, desde a explosão da imprensa e das imagens, seguida pelo advento da revolução eletrônica que trouxe consigo o rádio e a televisão, então, com todas as formas de gravação sonoras, também com o surgimento da holografia e hoje com a revolução digital que trouxe consigo o hipertexto e a hipermídia [...]

Para nos inteirarmos desse contexto, precisamos dialogar com todos esses signos ou com toda essa miscelânea de signos de um modo mais profundo, um modo que avance para além da familiaridade.

Não há pensamento ou formas de raciocínio, nem mesmo as formas puramente matemáticas, que se organizam exclusivamente por meio de símbolos, como a palavra, por exemplo. Outros tipos de signos, distintos dos símbolos, intervêm e são necessários à condução das linguagens. A mistura sígnica é uma característica de todas as linguagens, entendendo por linguagem as formas sociais de comunicação e de significação que inclui a linguagem verbal articulada, mas envolve também, por exemplo, a matemática, a arte, a linguagem do computador etc.

Consideramos os sistemas concretos de signos — música, imagens, arquitetura, rádio, publicidade, literatura, sonhos, filmes, vídeos, hipermídia etc — como produtos ou frutos de processos de produção cultural, logo, de práticas nas e com as linguagens que os seres humanos constroem, reproduzem ou transformam.

A gramática especulativa é imprescindível na análise semiótica de qualquer linguagem, pois fornece os princípios para o estudo da linguagem como representação. Vejamos como se constituem esses aspectos gerais acima citados.

A lógica da significação incide na relação do signo consigo mesmo. Há três propriedades formais que capacitam o signo a funcionar como tal: sua qualidade, sua existência e seu caráter de lei. Quando funciona como signo, uma qualidade é denominada *qualisigno*. Imaginemos, como exemplo, uma cor verde, não corporificada em qualquer suporte, pura cor, cujo poder de sugestão leva-nos a divagações e associações que nos remetem a impressões de experiências vividas. O poder de sugestão dessa cor revelada pela qualidade dá a ela a capacidade de funcionar como signo. Corporificada ou materializada num suporte, essa cor passa a ser um existente. A propriedade de existir faz dessa cor um *sinsigno*. Quando a essa cor verde associamos a idéia de esperança ou de ressurreição, fazemos com que um singular se amolde a uma generalidade, a uma convenção sociocultural, é a lei que

opera nessa associação, e essa propriedade recebe a denominação de *legisigno*.

Cada fundamento descrito interfere na maneira como o signo pode representar seu objeto. Se o fundamento é um *qualisigno*, o signo será um ícone; se for um *sinsigno*, o signo será um índice; se for um *legisigno* ou uma lei, será um símbolo. Não são poucas as interpretações simplistas dessa sua tríade mais conhecida, sobretudo a noção de ícone. Atentemos para dois níveis de iconicidade postulados por Peirce: o ícone puro e o signo icônico ou hipóicone. O ícone puro é reino absoluto das qualidades. Qualidade é mera potencialidade abstrata que só pode ter uma natureza mental, prenhe de possibilidades que nem sequer foram atualizadas. São hipóicones signos que representam seus objetos por semelhança; daí a inclusão da imagem, já que a qualidade de sua aparência é semelhante à qualidade da aparência do objeto que a imagem representa. Todas as formas de desenhos e pinturas figurativas são imagens (Santaella, 1983, p. 88).

Sendo hipóicone, a linguagem visual terá três faces: imagem propriamente dita, diagrama e metáfora.

No âmbito das imagens propriamente ditas, a representação se mantém em nível de mera aparência; primeiro, portanto. E como explica Santaella (1995: 156), são as qualidades primeiras — forma, cor, textura, volume, movimento etc. — que entram em relações de similaridade e comparação, tratando-se, portanto, de similaridades na aparência.

Nos diagramas, a aparência não é o mais determinante, mas as relações internas entre signo e objeto que são representadas por similaridade: partes do signo remetem a partes do objeto. Sua relação direta com o objeto o insere no universo do segundo.

Finalmente, as metáforas, hipóicones de terceiro nível, trazem nelas a possibilidade de representar o caráter representativo de um *representâmen*, através da representação de um paralelismo com alguma outra coisa (CP 1999: 64). O que dá ao signo poder para representar algo diverso dele é justamente o caráter representativo.

Retomando a classificação peirceana do signo em relação ao objeto, revisitemos a noção de índice. Vincado no universo da segundidade, apresentando-se, portanto, como um existente singular, carimbo do aqui e agora, o índice possui uma conexão de fato com o objeto de que é parte. Ora, o que seria a forma visual fixa, objeto de nossos estudos, senão algo insistente que se apresenta diante de nós, que se oferece a nossa percep-

ção? Seu caráter pregnante, referencial a inscreve nos domínios da segundidade.

Finalmente, o símbolo, partícipe do universo da terceiridade, representa seu objeto nos domínios da lei. É no símbolo que encontramos a noção de signo genuíno ou triádico. É a representação por excelência que traz embutidos caracteres icônicos e indiciais. É a mediação entre nós e o fenômeno que permite a compreensão ou interpretação fundadas numa convenção cultural.

Vistos os dois aspectos que a representação engloba, a significação e a objetivação ou representação, falta abordar o terceiro aspecto, a interpretação.

O interpretante é o terceiro elemento lógico na tríade de que o signo se constitui, é o efeito provocado numa mente e nele se completa o processo ou a operação do signo. Nenhum signo fala por si mesmo, mas exclusivamente por outro signo. Assim sendo, não há nenhum modo de se entender o signo a não ser pelo seu interpretante (Santaella, 1995, p. 88).

Três são os tipos de interpretantes requisitados para que uma interpretação se realize. O primeiro nível do interpretante é o imediato e está relacionado com a 1ª categoria fenomenológica: a primeiridade. Consiste naquilo que o signo está apto a produzir numa mente interpretadora. É a potencialidade interpretativa antes que alcance qualquer intérprete. Pura potencialidade ainda não realizada, mera possibilidade.

O segundo nível, o interpretante dinâmico, é o efeito que o signo efetivamente produz numa mente interpretadora individual. Ao atingir o intérprete, o signo produz três efeitos que consistem respectivamente em sentimentos, esforços e mudanças de hábito. São os interpretantes emocional, energético e lógico. O primeiro efeito significativo de um signo é o sentimento provocado por ele. Esta qualidade de sentimento não analisável e não interpretável é o que caracteriza o interpretante emocional, interpretante dinâmico de primeiro nível. Seu sentido é vago e indefinível.

O interpretante energético corresponde a uma ação concreta em resposta ao signo. Exige esforço e, por isso, alguma energia é despendida. Pode ser ação física, mas, na maioria das vezes, é mental. Se o signo é conhecido, a energia despendida é pouca; se desconhecido, há maior esforço.

Se o signo é de lei, o interpretante será um pensamento que traduzirá o signo anterior em um outro signo da mesma natureza, num processo sem fim... Uma lei, princípio condutor que conforma o efeito produzido a um

certo padrão, será o interpretante lógico. Um interpretante lógico é uma regra geral, um hábito de ação que pode ser expresso em palavras (Santaella, 1995, p. 106).

No seu processo de geração, o interpretante lógico subdivide-se em três níveis: as conjeturas que se constituem em hipóteses construídas por desempenhos voluntários do mundo interior, imaginando-se diferentes situações e linhas de conduta alternativas (Santaella, 1995, p. 106); a definição, interpretante identificado com o significado que é descrito como um hábito de ação imaginativa e, finalmente, o argumento que consiste numa mudança de hábito.

Convém enfatizarmos que, em todo ato de análise semiótica, sempre ocupamos a posição lógica do interpretante dinâmico, pois analisar quer dizer também interpretar. Na postura de receptores ou de intérpretes singulares de uma semiose específica, aventamos possibilidades de respostas, mas sempre falíveis, já que imbuídas de singularidade.

O interpretante final é concebido, de acordo com Santaella (1995, p. 113), como limite ideal a ser atingido pelo signo, confirmando que a semiose é infinita. Mas, por necessidades práticas a semiose é interrompida, no entanto, os interpretantes tomados como finais, tendem ou se aproximam infinitesimalmente deste limite. Deste modo não atingimos a verdade... estamos no seu encaço. Não apreendemos o real... nos aproximamos dele.

Quanto à linguagem da publicidade, por exemplo — ela se apresenta com uma trama signica. O estudo das mensagens que suas peças vinculam é uma tarefa à qual a gramática especulativa se ajusta.

A análise semiótica pode tomar a mensagem nos três níveis que a representação engloba:

a) a mensagem em si mesma, quanto aos aspectos qualitativos envolvendo cores, formas, linhas, movimento etc.; no seu aspecto singular, em um determinado contexto, e no seu caráter geral; b) a mensagem na sua referencialidade, ou seja, no seu poder de referência, considerando-se os seguintes aspectos: o que germina dos aspectos qualitativos, ou seja, o poder de sugestão; o poder de indicar algo fora ou de vinculação direta a algo existente e ao poder de representar idéias abstratas e convencionais, compartilhadas culturalmente; c) os possíveis efeitos da mensagem: os emocionais, os reativos e os de conduzir à reflexão.

Assim, pode-se olhar mais profundamente para o movimento das mensagens, tomando-se as definições e as classificações de signos como prin-

cípios norteadores para um método de análise de processos existentes de signos e às mensagens a eles vinculadas. Neste caso, são necessários conhecimentos de sintaxe visual e *design*, por exemplo, uma vez que a aplicação da semiótica envolve o diálogo com teorias mais específicas dos processos de signos em estudo.

Considerações finais

A teoria semiótica torna possível conhecermos o movimento das mensagens, o modo como elas são engendradas, os procedimentos e recursos nelas utilizados. Segundo Santaella (2002, p. 5), tal teoria

permite-nos também captar seus vetores de referencialidade não apenas a um contexto mais imediato, como também a um contexto estendido, pois em todo processo de signos ficam marcas deixadas pela história, pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas econômicas, pela técnica e pelo sujeito que as produz.

Desse modo, ao aplicar a semiótica peirceana em análises de peças publicitárias poderemos possivelmente avaliar o seu impacto no meio e, por outro lado, aferir a possibilidade de a teoria se adaptar como fundamento para a produção das referidas peças.

Há também possibilidade de investigarmos como as mensagens vinculadas às peças publicitárias impregnam o meio social atual, que o classificamos como sociedade midiática, por considerar que as informações vinculadas nas mídias constituem elementos diferenciais do processo comunicativo.

REFERÊNCIAS

- NÖTH, Winfred. *Panorama da Semiótica: de Platão a Peirce*. São Paulo: Annablume, 1995.
- PEIRCE, C. S. *Collected Papers*. Cambridge: Harvard University Press, 1958-1966 (v. I, II, III, IV, V e VI).
- _____. *Semiótica*. Tradução Teixeira Coelho. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- SANTAELLA, Lúcia. *O que é Semiótica*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____. *A assinatura das coisas. Peirce e a literatura*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

- ___ . *Estética. De Platão a Peirce*. São Paulo: Experimento, 1994.
- ___ . *Teoria geral dos signos. Semiose e autogeração*. São Paulo: Ática, 1995.
- ___ . *Cultura das mídias*. São Paulo: Experimento, 1996.
- ___ . *A percepção: uma teoria semiótica*. São Paulo: Experimento, 1998.
- ___ . *Semiótica aplicada*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

Endereço das autoras:

Rodovia Raposo Tavares, Km 92,5
Sorocaba, SP
CEP 18023-000